



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 21 / 10 / 2020

Protocolado e assinado eletronicamente

ALEPI/SGM

1º Secretário

MENSAGEM Nº 45/GG

Teresina (PI), 20 de outubro de 2020.

A Sua Excelência, o Senhor
Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me as Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que ***“Altera a Lei nº 5.309 de 17 de julho de 2003, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na Administração Estadual direta, nas autarquias e fundações públicas, sob o regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e a Lei nº 7.037 de 20 de setembro de 2017, que dispõe sobre a inclusão de provas de redação em concursos públicos realizados no Estado do Piauí.***

O presente Projeto de Lei propõe duas alterações na Lei nº 5.309, de 17 de julho de 2003, visando melhor adequação do regime de contratação por tempo determinado para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Administração Pública estadual.

A primeira alteração visa dar nova redação ao **caput** do art. 4º da Lei nº 5.309/2003, de modo a adequar as contratações temporárias ao regime constitucional relativo à acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, de modo que o vínculo mantido com o Poder Público só será empecilho à contratação temporária se ferir as regras de acumulação remunerada previstos no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

A Proposição pretende uma segunda alteração na Lei nº 5.309/2003, acrescentando-lhe o art. 8º-B. O acréscimo objetiva permitir a prorrogação excepcional dos contratos temporários celebrados pelo Hospital da Polícia Militar do Piauí, por até vinte e quatro meses, e até que se realize concurso público ou nova contratação temporária, de modo a evitar solução de continuidade nos serviços e ações de saúde prestados por referido estabelecimento hospitalar,

21/10/2020
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE

Emanuella de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa

especialmente pelas incertezas decorrentes da grave emergência sanitária oriunda da pandemia pelo covid-19.

Por fim, o Projeto de Lei objetiva tornar clara a redação do art. 1º da Lei nº 7.037, de 20 de setembro de 2017, de modo a adequá-la à regra constitucional do concurso público. Segundo o art. 37, II, da Constituição Federal, “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”.

A Lei nº 7.037/2017 pretende impor que os concursos públicos possuam sempre uma prova de redação adequada ao nível do concurso. A alteração proposta reforça esta exigência, ao tornar claro que a redação é obrigatória para o preenchimento dos cargos efetivos da Administração Direta, das autarquias e fundações, evitando dubiedade interpretativa em relação a cargos comissionados, cujos ocupantes são exoneráveis *ad nuttum*, por serem incompatíveis com a exigência do concurso público, conforme dicção do art. 37, II, da Constituição Federal.

Dessa forma, em virtude da importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa a sua apreciação, confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que ora submeto à superior consideração desse egrégio Poder Legislativo.



José Wellington Barroso de Araújo Dias
Governador do Estado do Piauí



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI Nº 31, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 21 / 10 / 2020

Protocolado e assinado eletronicamente

ALEPI/SGM

1º Secretário

Altera a Lei nº 5.309, de 17 de julho de 2003, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado no serviço para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na Administração Estadual direta, nas autarquias e fundações públicas, sob o regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e a Lei nº 7.037 de 20 de setembro de 2017, que dispõe sobre a inclusão de provas de redação em concursos públicos realizados no Estado do Piauí.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 5.309 de 17 de julho de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A contratação nos termos desta Lei obedecerá ao que determina a Constituição Federal quanto à vedação para acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas.

§ 1º ” (NR).

“Art. 8º - B Os contratos temporários celebrados pelo Hospital da Polícia Militar do Piauí, em vigor no mês de junho de 2020, poderão ser prorrogados emergencialmente até a realização de concurso público ou realização de nova contratação temporária, limitada esta prorrogação ao prazo de 24 (vinte e quatro) meses. ” (NR).

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 7.037 de 20 de setembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Em todos os concursos públicos realizados no Estado do Piauí, seja na administração direta ou indireta, autarquias ou fundações públicas, para o preenchimento de quaisquer cargos públicos efetivos, haverá sempre uma prova de redação adequada ao nível do concurso, a ser aplicada pelo órgão responsável pelo certame.” (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 20 de outubro de 2020.